

EDITORIAL

Cláudio Luiz Zanotelli

Neste 27º número da revista *Geografares* e em seu 19º ano publicamos duas traduções realizadas por Ana Maria Leite de Barros de artigos recentes de dois importantes geógrafos urbanos, o primeiro artigo é *A natureza das cidades: a abrangência e os limites da teoria urbana* de Allen J Scott (Universidade da Califórnia) e Michael Storper (London School of Economics) que foi publicado na revista *International Journal of Urban and Regional Research* em janeiro de 2015. Este artigo reafirma a especificidade da teoria urbana distinguindo-a das teorias sobre a sociedade moderna como um todo, bem como revela as dimensões comuns a todas as cidades, sem deixar, no entanto, de atentar para as especificidades das cidades no Norte e no Sul global. O segundo artigo é dos mesmos autores e se intitula *Debates atuais sobre a teoria urbana: uma avaliação crítica* e foi publicado na revista *Urban Studies* de 2016, neste texto Michael Storper e Allen J Scott criticam o que designam como as três versões atualmente mais influentes da análise urbana, a saber, a teoria urbana pós-colonial, as abordagens teóricas do agenciamento e da urbanização planetária.

Quanto aos artigos propriamente ditos da revista são variados, porém alguns nos permitiram uma aproximação por meio de suas afinidades eletivas.

Os dois primeiros artigos tratam de territórios e poderes, o artigo *Território e poder em Michel Foucault: propondo um diálogo com a geografia* de Lucas Labigalini Fuini a partir da obra de Michel Foucault busca esclarecer o sentido de território relacionado diretamente à construção de relações de poder e as suas reverberações sobre a geografia. No artigo *A periferia de Belém sob vigilância e controle: o narcotráfico por uma perspectiva miliciana*, Aiala Colares de Oliveira Couto faz uma análise da origem e da organização territorial das narcomilícias na periferia de Belém, ilustrando, desta forma, as assertivas de Michel Foucault sobre as relações de força que implicam as relações de poder em territórios diversos.

Os dois artigos seguintes tratam de aspectos diferentes do ensino de Geografia. O artigo *A formação territorial do Brasil nos livros didáticos de geografia: em busca de uma análise descolonial*, Victor Loback e Amélia Cristina Alves Bezerra analisam como a Colonialidade do Saber atravessa a Geografia que se produz na Escola, especialmente no que diz respeito à formação territorial do Brasil. Em *A representação do espaço e da paisagem nas telas de videogame: possibilidades para o ensino de geografia*, Eduardo Lorini Carneiro e Luciana Backes debatem as potencialidades dos videogames para a construção de conhecimento em geografia, apresentando análises da prática pedagógica realizada com turmas de Ensino Fundamental e Médio de uma escola pública explorando diferentes jogos eletrônicos para desenvolver os conceitos de Geografia.

No artigo *Uma situação alimentar urbana: o comércio popular de alimentação no centro de Campinas*, Livia Cangiano Antipon

GEOGRAFARES 

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de
Geografia da UFES

Outubro-Dezembro, 2018
ISSN 2175-3709

aborda o estudo da situação alimentar urbana como um caminho analítico para a compreensão das cidades contemporâneas, para isto foca seu estudo no centro de Campinas que possui um circuito econômico com práticas alimentares dos pobres urbano.

O artigo *Cooperação e contrapartida nas ações da OMS: notas sobre a geopolítica da saúde global* de Camilo Darsie de Souza, Douglas Luís Weber, Mateus Aparecido de Faria e Cristianne Maria Famer Rocha analisa a partir de documentos oficiais e literatura especializada o desempenho da OMS desde sua origem e seu papel em questões relacionadas à saúde global, destacando a dinâmica da cooperação-contrapartida.

O artigo *Análise orçamentária da política pública de ciência, tecnologia e inovação como meio de avaliar sua efetividade: o caso do estado do Espírito Santo no período 2012 – 2015* de Felipe Cunha Salles e Robson Antonio Grassi avalia a política pública de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) do Governo do Estado Espírito Santo, no período 2012 –2015, por meio da análise da elaboração e execução orçamentária, a partir de dados do Plano Plurianual (PPA) do referido período. A partir de análise teórica e metodológica a respeito de indicadores de C,T&I e de componentes do orçamento público, o desempenho financeiro dos programas e ações estaduais de C,T&I é avaliado de forma a identificar os eixos prioritários de atuação da política pública e sua execução em termos orçamentários.

O artigo de Ednelson Mariano Dota, Rennan Moraes Rodrigues, Ana Maria de Leite Barros e Francismar Cunha Ferreira busca demonstrar as diferenças metodológicas e a comparabilidade entre os dados de atividade e ocupação no Censo Demográfico, a PNAD e a RAIS, com o objetivo de facilitar o entendimento e o uso das informações em pesquisas que envolvam o mercado de trabalho brasileiro. Como resultado, percebe-se que, apesar das diferenças existentes, as pesquisas são compatíveis e complementares entre si.

Apresentando uma contribuição importante sobre uma certa ecofilosofia que nos lembra uma certa geografia do animal, temática desenvolvida em vários centros importantes de pesquisa em geografia, Jean Calmon Modenesi e Conrado Vasconcelos em *O ser do animal segundo Martin Heidegger* analisam os principais conceitos criados pelo filósofo Martin Heidegger a respeito do ser do animal, bem como, através da interligação e da articulação entre os referidos conceitos, demonstram a hipótese segundo a qual o ser do animal possui uma temporalidade caracterizada tanto pela ausência de presente quanto pela ubiqüidade entre o futuro e o passado.

Finalmente, o artigo *“O lucro entra pelo cano” : a produção de saneamento básico via Parceria Público Privada (PPP) como estratégia de captação de renda na produção do espaço urbano de Serra (ES)* de Vanderson Moreira Silva Alves e Carlos Teixeira de Campos Júnior analisa a produção do espaço urbano por meio das infraestruturas de esgotamento sanitário na forma de Parceria Público-Privada (PPP), revelando a apropriação de renda por meio destas “parcerias” entre o Estado e as empresas do setor.